Recebido em: **31/8/2010** Emitido parece em: **4/10/2010** **Artigo original**

A SAÚDE NO CURRÍCULO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: OS PCNS

Marcelo da Silva Machado.

RESUMO

Desde sua introdução como disciplina escolar, a Educação Física tem procurado evidenciar sua importância. Sua vinculação com a saúde foi decisiva para um projeto de política educacional que tornou sua prática obrigatória nas escolas a partir dos anos 20 do século passado. Diversos autores têm se debruçado na busca de oferecer subsídios para a (re) organização curricular. Entretanto, a falta de clareza quanto ao que ensinar continua sendo sua principal dificuldade. O estudo em tela traz uma análise da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, especificamente Educação Física e o tema transversal Saúde. Os resultados apontam que os Documentos ora trazem avanços importantes ora apresentam imprecisões conceituais.

Palavras-chave: Educação física, currículo, saúde, parâmetros curriculares nacionais.

HEALTH IN PHYSICAL EDUCATION CURRICULUM: THE PCNS

ABSTRACT

Since its introduction as a school subject, Physical Education has sought to highlight its importance. Your link to health has been decisive for a project of educational policy that has made her practice mandatory in schools from the 20s of last century. Several authors have been working in the quest to provide support for the (re) organization of the curriculum. However, the lack of clarity about what to teach remains its main difficulty. The screen provides a study examining the proposal of the National Curriculum, specifically Physical Education and Health crosscutting theme The results indicate that the documents now brought important advances sometimes have misconceptions.

Keywords: Physical education, curriculum, health, national curricular parameters.

INTRODUÇÃO

Desde que a Educação Física foi introduzida nas escolas brasileiras, tentamos convencer a todos de sua importância. Com esta finalidade criamos argumentos e elaboramos propostas de trabalho, sempre acompanhando a conjuntura política e social vivida pelo sistema educacional. Sua vinculação histórica com a saúde foi fator decisivo para a explicitação de um projeto de política pedagógica que tornou sua prática nas escolas brasileiras a partir dos anos 20 do século passado (MACHADO, 2010).

De acordo com Vago (1999), a disciplina passou por vários processos para sua constituição como componente curricular. Durante todo século XX, sua utilidade estava voltados para atender as necessidades e interesses políticos do país, idealizados em projetos educacionais por instituições escolares do Estado, do Exército, da Igreja e da Indústria, cuja finalidade era a de intervir na educação de crianças e jovens, configurando seus corpos às necessidades sociais, cívicas, morais, e de produção.

Darido (2003) afirma que a partir do final da década de 1970, surgem novas concepções pedagógicas na educação física escolar, proporcionada pela valorização dos conhecimentos científicos que ocorreu com o retorno ao país de professores que se especializaram nos principais centros de pesquisa do exterior. O início dos anos 80 marca a necessidade de mudanças em toda sociedade brasileira, e consequentemente, na educação física. Neste período começou a configuração do campo acadêmico da educação física como participante do sistema universitário brasileiro, incorporando as práticas científicas próprias do meio acadêmico (BRACHT, 1999).

Durante a década de 90 do século passado, tal mudança é fortalecida por meio de estudos sobre a questão do currículo da Educação Física escolar. De acordo com Mendes (1999), assim como ocorreu na educação em geral, a discussão sobre o currículo da Educação Física, nos diversos níveis de ensino, deixava de ter base analítica meramente técnica e passava a ter base ideológica, cultural e política.

Contudo, a despeito de muitos estudiosos terem se dedicado a pesquisar e procurar resposta para contribuir com a organização do componente curricular, um aspecto central e problemático da Educação Física escolar é a ausência de clareza sobre o conjunto de conhecimentos que serão ministrados nas aulas durante o processo de escolarização.

O presente estudo tem por finalidade discutir o currículo de Educação Física no âmbito escolar. Para tanto, propõe discutir as propostas contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, em especial o livro referente à educação física e o tema transversal saúde.

MATERIAL E MÉTODO

Conforme Pimentel (2001:180) "estudos baseados em documentos como material primordial, sejam revisões bibliográficas, sejam pesquisas historiográficas, extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta". Ainda segundo a autora, a análise de documentos pode se caracterizar como instrumento complementar ou ser o principal meio de concretização do estudo.

Para Duarte (2002), uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de uma longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nesta viagem, não se busca algo absolutamente original, mas sim um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são bastante pessoais. Para a autora, ao se escrever os relatórios de pesquisa por vezes esquece-se de relatar o processo que permitiu a realização do produto, como se o material para elaborar os argumentos já estivesse lá, em algum ponto da viagem, separado e pronto para ser coletado e analisado, bastando para tanto apenas dispor dos instrumentos adequados para coletá-los.

Neste sentido, antes da entrada em campo para a realização da pesquisa com os professores da rede municipal do Rio de Janeiro, por ocasião do curso de Mestrado em Saúde Pública, optou-se pela realização da análise dos documentos que condicionam e fundamentam o trabalho do professor. O mapeamento documental permitiu a melhor compreensão deste trabalho. Os documentos analisados foram os Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física da 5ª a 8ª séries (6º ao 9º ano) do ensino fundamental e temas transversais: Saúde.

A SAÚDE COMO TEMA TRANSVERSAL

Um componente curricular deve apresentar um complexo de conhecimentos organizados e adequados à aprendizagem, sempre orientados pelos objetivos gerais da área (COLL, 1997). Para Soares et al., (1992), currículo significa corrida, caminhada, percurso. Por derivação, currículo escolar representaria a caminhada do homem em busca do conhecimento.

Inspirado no modelo educacional espanhol, o Ministério da Educação mobilizou a partir de 1994 um grupo de pesquisadores e professores no sentido de elaborar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Em 1997 foram publicados os documentos referentes ao primeiro segmento do ensino fundamental e um ano mais tarde os documentos do segundo segmento, da 5ª a 8ª séries (6º ao 9º ano) do ensino fundamental. Os PCNs são compostos pelo documento introdutório, os temas transversais (saúde, meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, e trabalho e consumo) e os documentos relativos a cada componente curricular.

De acordo com o PCNs: tema transversal saúde (BRASIL, 1997), a educação para a saúde é o fator principal para a promoção e proteção à saúde ao mesmo tempo em que se constitui em estratégia para a conquista dos direitos de cidadania. E a escola deve fornecer elementos que capacitem os indivíduos para uma vida mais saudável, tratando do assunto didaticamente. Os PCNs prevêem que ao final do ensino fundamental os alunos devem ser capazes de "conhecer e cuidar do próprio corpo,

valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva" (BRASIL, 1997, p. iv).

Além disso, espera-se que ao final do ensino fundamental o aluno seja capaz de (1) compreender saúde como direito de cidadania, valorizando as ações voltadas para sua promoção, proteção e recuperação; (2) compreender a saúde nos seus aspectos físico, psíquico e social como uma dimensão essencial do crescimento e desenvolvimento; (3) compreender que a saúde é produzida nas relações com o meio físico, econômico e sociocultural; (3) conhecer e utilizar formas de intervenção sobre os fatores desfavoráveis à saúde presentes na realidade em que vive; (4) conhecer os recursos da comunidade voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde, em especial os serviços de saúde e (5) responsabilizar-se pessoalmente pela própria saúde, adotando hábitos de autocuidado, respeitando as possibilidades e limites do próprio corpo.

A seleção dos conteúdos deve caminhar no intuito de atender às demandas da prática social, segundo critérios de relevância e atualidade e devem ser organizados de maneira a dar sentido às suas dimensões conceitual, procedimental e atitudinal. Os blocos de conteúdos indicados são o autoconhecimento para o auto cuidado e vida coletiva. Os conteúdos que compõem a 'vida coletiva' estão correlacionados com a organização sociopolítica e padrões de saúde coletiva, destacando-se os indicadores de qualidade de vida e saúde, meio ambiente e saúde, doenças transmissíveis, riscos por acidentes e uso indevido de drogas, assim como relações sociais, acordos e limites.

A atividade física, que se relaciona diretamente com a educação física, foi incluída no bloco 'autoconhecimento para o auto cuidado', cujo objetivo é possibilitar aos alunos o entendimento que "saúde tem uma dimensão pessoal que se expressa, no espaço e no tempo de uma vida pelos meios de que cada ser humano dispõe para trilhar seu caminho em direção ao bem estar físico, mental e social" (BRASIL, 1997, p. 278).

De acordo com o documento, a prática regular de atividades físicas na puberdade e na adolescência, componente essencial do crescimento e desenvolvimento saudáveis, favorece a identificação das possibilidades expressivas e de uso da força e dos movimentos, desempenhando papel importante não só do ponto de vista orgânico como psíquico, e contribuindo na reelaboração das transformações corporais e das relações em grupo, devendo incluir o aprendizado das relações entre a prática correta e habitual de exercício físico e a melhora da saúde deve incluir os benefícios, riscos, indicações e contra-indicações de diferentes modalidades esportivas, além das medidas de segurança na prática de atividades físicas.

O Documento destaca que o "fato das causas internas não serem estatisticamente importantes nesta faixa etária como fatores de risco não deve motivar a exclusão da abordagem preventiva das doenças crônico-degenerativas" (BRASIL, 1997, p. 278), o que nos leva a concluir que caberia à educação física escolar o combate ao sedentarismo. Isto se torna mais claro quando aponta o hábito da atividade física regular é a chave para a prevenção.

Consideramos que tais orientações são necessárias e importantes, mas a nosso ver deveriam incluir também o entendimento da saúde como processo intrinsecamente relacionado com as condições de vida e trabalho das pessoas, assim como o entendimento que a prática de atividades físicas está relacionada com os aspectos políticos e sociais.

PCNS: EDUCAÇÃO FÍSICA

O Documento que trata da educação física pode ser dividido em duas partes. A primeira apresenta os princípios que a norteiam no ensino fundamental, além de uma caracterização da área, mostrando as influências, as tendências pedagógicas e o quadro atual da educação física escolar. Também são apresentados os aspectos conceituais, atitudinais e procedimentais relacionados à metodologia, conteúdos, objetivos e avaliação. Os PCNs apontam para a cultura corporal de movimento como seu objeto de estudo.

A segunda parte do Documento especifica os critérios para a seleção de conteúdos, os blocos de conhecimentos em que se organizam assim como os objetivos, a metodologia, a avaliação e orientações didáticas para o ensino da educação física no 3º e 4º ciclos, denominação adotada pelo

Documento que equivalendo ao 6º e 7º anos (5ª e 6ª séries) e 8º e 9º anos (7ª e 8ª séries) do ensino fundamental.

De acordo com os PCNs, a educação física escolar deve contribuir com educação geral do indivíduo, desenvolvendo aspectos da vida cidadã, como saúde, sexualidade, vida familiar, trabalho, ciência e tecnologia, cultura e linguagem (BRASIL, 1998). Percebe-se a ênfase na cidadania e no convívio social assim como o predomínio dos objetivos relacionados à formação de valores, atitudes, habilidades e competências voltadas para a integração entre pessoas e grupos e para o reconhecimento da diversidade de padrões de beleza, saúde e desempenho.

Os PCNs apontam para a necessidade de reflexão e discussão da prática pedagógica da educação física sob três princípios. O princípio da inclusão tem como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimento, por meio da participação e reflexão concretas e efetivas. O princípio da diversidade parte da concepção que devem ser empregadas diversas possibilidades de aprendizagem, considerando das dimensões afetivas, cognitivas, motoras e socioculturais dos alunos.

O terceiro princípio são as categorias de conteúdos, que são apresentados segundo sua categoria conceitual (fatos, conceitos e princípios), procedimental (ligados ao fazer) e atitudinal (normas, valores e atitudes). Os conteúdos conceituais e procedimentais giram em torno do fazer, do compreender e do sentir com o corpo. Os conteúdos atitudinais apresentam-se como objetos de ensino e aprendizagem, e apontam para a necessidade de o aluno vivenciá-los de modo concreto no cotidiano escolar.

Os conteúdos foram divididos em três blocos. O primeiro diz respeito aos conhecimentos sobre o corpo, que devem ser alcançados por meio de conhecimentos anatômicos, fisiológicos, biomecânicos e bioquímicos, utilizados como suporte para que os alunos possam assumir uma postura crítica frente aos programas de atividades físicas. Neste sentido os alunos deverão ser capazes de decidir qual atividade praticar, além de planejar e executar sua própria atividade, sabendo dos benefícios, riscos, indicações e contra-indicações e as medidas de segurança na prática das atividades físicas.

Em relação ao primeiro bloco de conteúdos, tal como apresentado, é possível afirmar que o Documento carece de historicidade nas abordagens sobre o corpo. Sem desconsiderar a importância do conhecimento biofísico do corpo, se tal conhecimento não vier acompanhado de uma reflexão e uma análise histórica de como o corpo tem sido tratado e utilizado, a fim de extrair toda a sua potencialidade produtiva, corremos o risco de "pensar o homem sempre dividido em partes; uma parte sensível e outra inteligível, uma parte física, outra espiritual, um corpo e uma mente, matéria e alma" (FREIRE, 1999, p.2).

Consideramos que as reais condições de trabalho também devem ser consideradas. Na maioria das escolas, sobretudo nas públicas, a quadra de esportes é a sala de aula do professor. Poucas são as escolas que possuem uma sala de aula ou outro espaço além da quadra para que o professor possa realizar suas atividades. Com efeito, raros são os momentos em que o professor tem oportunidade de ministrar uma aula que não seja apenas a prática de esportes e/ou exercícios. Outro problema é a resistência dos próprios alunos quanto à possibilidade de mais uma aula sobre teorias, novos métodos, etc.

Em tese esta aula 'teórica' de anatomia, por exemplo, pode ser dinâmica, com músculos e ossos sendo exibidos em peças ou aulas com as mais modernas tecnologias. Entretanto, em grande parte das escolas públicas ou até mesmo privadas, o professor terá a sua disposição, na melhor das hipóteses, apenas um quadro negro e giz.

O segundo bloco dos PCNs é destinado aos esportes, jogos, lutas e ginásticas. Segundo o documento, os esportes são práticas que adotam regras de caráter oficial e competitivo, organizadas em federações regionais, nacionais e internacionais que regulamentam a atuação amadora e a profissional. Os jogos podem ser mais flexíveis nas regulamentações, adaptadas em função do espaço, material disponível, participantes, etc. Podem ter caráter competitivo, recreativo ou de confraternização. As lutas são disputas onde um oponente procura subjugar o outro, através de técnicas de desequilíbrio, contusão, imobilização ou exclusão de um determinado espaço. As ginásticas são técnicas de trabalho corporal, com caráter individualizado e finalidades diversas. O terceiro bloco inclui as atividades rítmicas e expressivas, isto é, atividades de expressão e comunicação mediante gestos e a presença de estímulos sonoros como referência para o movimento corporal.

É possível perceber que existe uma categoria que é central nos PCNs: educação física, que está presente em todo o Documento: a cultura corporal. Entretanto, tal como apresentado, têm-se a impressão de que ele originou e desenvolveu todas as discussões deste tema, não atribuindo aos diversos autores nacionais a devida referência. Não se trata da busca pela originalidade.

Não há dúvidas do poder que um Documento Oficial possui quanto a sua divulgação, podendo chegar aos professores de regiões longínquas e que provavelmente não teriam acesso a essas informações e quanto ao fato de se tratar de uma diretriz com força para condicionar o planejamento e a prática do professor.

Contudo, ao não referenciar os autores, o Documento desconsidera as lutas no interior da educação física, tornando- se pobre em criticidade e historicidade. Foi o que ocorreu com a cultura corporal. De acordo com Soares et al., (1992), o movimento da cultura corporal se iniciou nos anos 80 do século passado perdurando até os dias atuais tendo como conteúdos a serem trabalhados a ginástica, esporte, jogo, dança, lutas e capoeira, os mesmos indicados no segundo bloco de conteúdos dos PCNs.

Estes conteúdos fazem parte do patrimônio cultural da humanidade, construído ao longo do tempo por meio de um processo histórico. Neste sentido,

> "a contribuição da Educação Física, neste caso, será a de colocar os alunos diante desse patrimônio da humanidade, que tem sido chamado por alguns autores de "cultura física" (BETTI, 1991), "cultura de movimento (BRACHT, 1999) ou "cultura corporal" (SOARES et al., 1992)" (VAGO, 1995, p.69).

Bracht (1999) indica o livro "Metodologia do ensino da educação física", de um coletivo de autores publicado em 1992, como obra-referência da cultura corporal. Segundo o autor, a proposta baseia-se fundamentalmente na pedagogia histórico-crítica desenvolvida por Demersal Saviani e colaboradores.

Conforme Soares et al., (1992), a educação física é uma prática educativa inserida no contexto escolar, portanto deve ser pensada no contexto do currículo uma vez que estes têm a função social de ordenar a reflexão pedagógica do aluno de forma a pensar a realidade social desenvolvendo determinada lógica.

Os autores buscam a superação da educação física escolar, que historicamente vêm investindo no desenvolvimento da aptidão física, perspectiva que sempre esteve na defesa dos interesses da classe no poder, mantendo a estrutura da sociedade capitalista. A reflexão sobre a cultura corporal busca contribuir com os interesses das classes populares, desenvolvendo uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal.

Finalizando a análise dos PCNs, segundo o Documento, as relações estabelecidas "entre o tema transversal Saúde e a Educação Física são quase que imediatas e automáticas ao considerar-se a proximidade dos objetos de conhecimento envolvidos e relevantes em ambas as abordagens" (BRASIL, 1998, p.36).

Neste sentido, recomenda-se a valorização de conhecimentos relativos à construção da autoestima e da identidade pessoal, ao cuidado do corpo, à nutrição, à valorização dos vínculos afetivos e a negociação de atitudes e todas as implicações relativas à saúde da coletividade. Critica-se a associação sem reservas entre a prática de atividades físicas como jogos, esportes, lutas, danças e ginásticas que "é explorada e estimulada pela indústria cultural, do lazer e da saúde ao reforçar conceitos e cultivar valores, no mínimo questionáveis, de dieta, forma física e modelos de corpo ideais" (BRASIL, 1998, p.36).

São feitas críticas à aptidão física, enfatizando suas origem militar e médica, assim como sua vinculação com os mecanismos de manutenção do *status quo* vigente na sociedade brasileira, contribuindo para que tanto a prática como a reflexão teórica no campo da educação física restringissem os conceitos de corpo e movimento aos seus aspectos fisiológicos e técnicos. O Documento aponta para a necessidade de superar a ênfase na aptidão física para o rendimento padronizado, decorrente deste referencial conceitual, e caracterizar a educação física de forma mais abrangente, incluindo todas as dimensões do ser humano envolvidas em cada prática corporal.

Segundo Palafox (1993), a doutrina da aptidão física surgiu nos Estados Unidos, na década de 1940, como produto das ideias tecnicistas e sob os critérios da medicina esportiva, como um dos meios

de investigação aplicada ao esporte de alto nível e de superação de doenças hipocinéticas surgidas pelo modo de vida industrial. No Brasil, o reflexo desta doutrina apareceu no início da década de 1970, na busca pela fundamentação científica da formação dos professores, tendo como consequência uma formação pragmático-tecnicista, em que a estrutura estava fundamentada na educação física como meio e o esporte como fim.

Neste sentido, aparentemente, tais críticas poderiam sugerir uma mudança de paradigma na educação física brasileira, tendo em vista que se trata de um Documento do Governo Federal, com poder de influenciar políticas e ações e os próprios cursos de formação em educação física.

Contudo, elas se tornam frágeis, uma vez que a realidade social foi desconsiderada, assim como as contradições provenientes das desigualdades sociais e econômicas próprias do capitalismo, agudizados em nosso país pela adoção do receituário neoliberal, levado a efeito em nosso país pelo mesmo governo que elaborou os PCNs.

CONCLUSÃO

Historicamente, a educação física tem sido vinculada à saúde, fator decisivo para a formulação de políticas públicas que tornaram sua prática obrigatória nas escolas brasileiras a partir do início do século passado.

Atualmente, as relações que se estabelecem entre educação física e saúde vinculam-na à promoção da saúde, movimento que teve como marco inicial a publicação do Informe Lalonde em 1974. A Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada na cidade de Otawa, Canadá, em 1986, configurou um novo campo na saúde pública que relacionas os condicionantes sociais com a saúde.

Seu documento final, a Carta de Otawa, definiu promoção da saúde como o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo e estabeleceu os pré-requisitos básicos da saúde: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade e os campos centrais de atuação: (1) elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis; (2) criação de ambientes favoráveis à saúde; (3) reforço da ação comunitária; (4) desenvolvimento de habilidades pessoais; e (5) reorientação do sistema de saúde (WHO, 1986).

Em 1994, o Ministério da Educação mobilizou um grupo de pesquisadores e professores para a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, inspirado no modelo educacional espanhol. Em 1997 foram lançados os documentos referentes aos 1º e 2º ciclos (1º ao 5º ano do ensino fundamental) e no ano de 1998 os relativos aos 3º e 4º ciclos (6º ao 9º ano), incluindo um documento específico para a área da Educação Física.

De acordo com o Documento, a educação física por meio da cultura corporal de movimento, deve estimular o conhecimento do corpo e promover jogos, lutas, esportes, ginásticas, o aprendizado e a expressão rítmica. Entretanto, não incorpora, ao menos em seu discurso, as contribuições da promoção da saúde. Ao contrário, o Documento deixa claro que as contribuições da educação física se restringem ao desenvolvimento da aptidão física.

No livro sobre saúde, os PCNs elegem a educação em saúde como eixo central. É possível afirmar que a educação em saúde constitua uma das etapas ou ações da promoção da saúde e neste sentido, consideramos que os PCNs introduzem algumas propostas interessantes. Sob esta perspectiva, tanto a saúde quanto a educação precisam desenvolver matrizes que se aproximem na transformação de seus paradigmas, que estão relacionadas ao desenvolvimento da percepção crítica de pensar e agir do cidadão de maneira interativa, sobretudo, com os movimentos sociais, principalmente com relação á ação conjunta, integrada e participativa. No campo da saúde, embora tenham acontecidos transformações recentes, ainda predomina o paradigma biomédico, onde o conceito de saúde ainda é visto pela perspectiva da doença.

Contudo, de acordo com Stotz (1993), a educação em saúde ainda vem sendo definida pelas práticas médicas, mesmo quando se desloca o foco da saúde para a prevenção. Para o autor, a prevenção mantém o domínio das orientações do padrão médico numa perspectiva metodológica da medicina preventiva e:

> "Apesar das evidências epidemiológicas, o modelo médico ainda constitui a base filosófica da educação e saúde, a saber, o preventivo. A força desse tipo de abordagem é tanto maior quanto mais rígida se torna na sociedade e, por conseqeeência, no sistema institucional de saúde a noção da responsabilidade individual dos cidadãos em contrapartida à da cidadania coletiva e dos direitos sociais." (STOTZ, 1993, p.25).

Faz-se necessário, portanto, mudanças urgentes. Elevar apenas a aptidão física dos alunos não é mais suficiente. A educação física deve entrelaçar os objetivos da promoção da saúde com os objetivos gerais de cada turma dos mais diversos níveis de ensino e defini-los em termos de capacidades e habilidades a serem desenvolvidas, como o desenvolvimento das capacidades de resolução de problemas, de percepção sensorial, o senso de responsabilidade e solidariedade.

No que se refere aos conteúdos, às orientações didáticas e aos critérios de avaliação, estes devem entrar em sintonia fina com os princípios da educação em saúde. Mas esta educação em saúde não deve ser prescritiva. Ao contrário, deve ter como foco a educação popular em saúde (EPS).

Enquanto processo e relações pedagógicas emergentes de cenários e vivências de aprendizagens que articulam as subjetividades coletivas e as relações de interação que acontecem nos movimentos sociais, a EPS implica na aproximação entre agentes formais de saúde e, neste caso específico, da educação, com a população em geral, diminuindo a distância entre a intervenção pontual sobre a doença e o cuidado, que significa o estabelecimento de relações intersubjetivas em tempo contínuo e espaço de negociação e inclusão dos saberes, dos desejos e das necessidades do outro.

Em outros termos, os atores envolvidos, através do diálogo, trocam experiências e se mobilizam segundo os seus objetivos, necessidades e interesses. Esta abordagem, que considera as experiências e saberes existentes, pode ser entendida como um processo estimulador de mudanças individuais e coletivas. Trata-se do (re)conhecimento do saber popular, em especial suas ferramentas que propiciam o encontro entre a cultura popular e a científica, a saber, a reflexão crítica, o diálogo e a construção compartilhada do conhecimento

Sob tais aspectos, consideramos que os PCNs deixaram de incluir, tanto no livro referente à Educação Física, quanto ao referente à Saúde e Meio Ambiente, importantes discussões como o tempo perdido para o deslocamento entre a casa e a escola, o tempo que o trabalhador brasileiro perde nos transportes públicos, a falta de tempo para a prática de atividades físicas, a longa jornada de trabalho do brasileiro, dentre outros.

Tal tema, a nosso ver, lançaria luz ao debate sobre a contribuição da educação física para a saúde. Não é de se estranhar, por as razões aqui apontadas e outras, que os PCNs tenham perdido importância como referência curricular das escolas brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes,** vol. 19 n. 48, p. 69-88, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 128p.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: educação física. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1998. 114p. (PCNs 5ª a 8ª Séries)

COLL, C. **Psicologia e currículo**. São Paulo: Ática, 1997.

DARIDO, S. C. **Educação Física na Escola: Questões e reflexões.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa** nº 115, p. 139-154, 2002.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo: Scipione, 1999.

MACHADO, M. da S. **Educação física e promoção da saúde: que abordagem possível? Uma análise a partir das escolas municipais do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca: Rio de Janeiro, 2010.

MENDES, C. L. **A reforma curricular do curso de educação física da UFMG: relações de poder, atores e seus discursos**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 1999.

PALAFOX, G. H. M. As tendências pedagógicas em educação física e sua relação com as categorias idealista e materialista da história. **Motrivivência,** vol. 6 n. 4, p. 30-35, 1993.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, nº 114, p. 179-195, 2001.

SOARES, C. L.; TAFFAREL, C. N. Z.; VARJAL, E.; FILHO, L. C.; ESCOBAR, M. O.; BRACHT, V. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

STOTZ, E. N. Enfoques sobre educação e saúde. In: Valla, V. V. Stotz, E. N. (org). **Participação popular, Educação e Saúde: Teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 11-22.

VAGO, T. M. **Cultura escolar, cultivo de corpos: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1999.

_____. Educação física: um olhar sobre o corpo. **Presença Pedagógica,** vol. 1 n. 2, p. 65-70, 1995.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The Ottawa charter for health promotion**. Geneve: WHO, 1986. Disponível em http://who.int/hpr/docs/otawa.html Acessado em 12/dez/2009.

Coordenação de Saúde do Escolar. Secretaria Municipal de Educação/Prefeitura de Macaé/RJ.